

Amazônia: O mito da internacionalização

Paulo A. Pizzi

brutal assassinato do líder sindical e ecologista Chico Mendes, ocorrido em 22 de dezembro passado, desencadeou uma polêmica onda preservacionista sobre a Amazônia. Lamentamos que a tomada de consciência global da importância de que se reveste a região só tenha ocorrido após a morte desse valoroso brasileiro. A história humana tem demonstrado, infelizmente, que as conquistas de causas nobres só têm ocorrido com a morte de líderes como Mahatma Gandhi e Martin Luther King.

Num processo esdrúxulo, os meios de comunicação, nesses meses, foram tomados de assalto por declarações de um nacionalismo exacerbado e ultrapassado por parte da "patriotada hipernacionalista".

Uma campanha para defender a "soberania" e evitar a "internacionalização" da Amazônia brasileira foi lançada pelo governo Sarney. Um governo que quer posar de defensor da pátria com a única finalidade de tentar obter apoio popular à sua desacreditada administração. Seu objetivo é claro: unir a população em torno do governo para rebater uma pretensa ameaça de subtração de uma vastíssima e rica porção do Brasil, desviando, assim, a atenção dos problemas econômicos, da incompetência, da corrupção, da desorganização e dos erros de responsabilidade que o caracterizam.

A campanha "patriótica" do governo possui interesses ocultos por detrás (leia-se econômico-políticos), sendo apoiada por atitudes ingênuas de pessoas mal-informadas e incitadas por chantagem emocional, interessando também a grupos econômicos, que se dedicam a obter lucros a partir da exploração irracional e imediatista dos recursos da região amazônica.

É necessário esclarecer à opinião pública que soberania não é sinônimo (e nem dá direito) de desflorestamento, queimadas, dizimação maciça de espécies animais e vegetais, de assassinio de indígenas ou de propiciar a perda de solo fértil e possibilitar processos de desertificação. Esta é a realidade amazônica, diretamente patrocinada ou incentivada pela omissão do governo.

Soberania não é o direito de destruir e matar. Se nossas

autoridades entendem ser este o significado dessa palavra, recomendamos que eles iniciem campanhas nacionalistas, a exemplo daquele antigo lema "o petróleo é nosso". Assim, sugere-se a adoção dos seguintes slogans: "o desmatamento é nosso", "o extermínio é nosso", "as queimadas são nossas", "a poluição é nossa".

A devastação de florestas, a poluição e o massacre de índios, ocorridos em países desenvolvidos, não são argumento ou aval para realizarmos o mesmo. A população desses países, hoje, está sofrendo as conseqüências ambientais desses erros e tenta alertar-nos para não os cometermos em nosso país, com base em sua experiência negativa. O lucro e o desenvolvimento imediatistas são ilusórios. Todo "desenvolvimento" e "progresso" que se calca unicamente no hoje, sem considerar o amanhã, é suicídio.

A mediocridade da campanha da pretensa internacionalização amazônica é tão aparente, que basta citar que a Amazônia — com a conveniência dos governos militares — foi há muito tempo loteada entre empresas estrangeiras (multinacionais como a Goodyear, a Volkswagen, a Nestlé, a Nixdorf) e uma pequena parcela de grandes grupos econômicos nacionais.

O governo tem propalado que cabe a ele, e não aos outros países, a (in)competência para defender e preservar a Amazônia e a sua população. Entretanto, esse a abandona ao *deus-dará*, defende-a nas palavras, mas as queimadas, o extermínio das nações indígenas, o massacre de líderes sindicais, o mercúrio nos garimpos, o contrabando, o narcotráfico, as usinas e os grandes projetos transformaram a Amazônia em uma terra de ninguém.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, criado pela fusão do IBDF, Sema, Sudepe e Sudhevea (fusão que na realidade não aconteceu), possui cinquenta fiscais para toda a região amazônica, quando seriam necessários pelo menos cinco mil. A situação se torna caótica, ao lembrarmos que estão proibidas novas contratações e existe ameaça de demissão dos atuais funcionários, considerados como "dispensáveis".

Tendo por finalidade, unicamente, diminuir as pressões externas para a preservação da Amazônia (é importante que isto fique claro), surgiu o Programa Nossa Natureza. Aparentemen-

te, o conjunto dessas medidas, que abrangem uma reformulação na legislação ambiental, o corte de incentivos à ocupação da região e a sua exploração ordenada, significa um grande avanço. Afinal, essas tímidas medidas fazem parte de um conjunto de reivindicações que os ecologistas vêm fazendo há anos, tais como o Fundo Nacional do Meio Ambiente, a Política Nacional para a Amazônia e a consolidação e regulamentação da Política e do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

Se analisado friamente, no entanto, o Programa "Nossa Natureza" corre o risco de se tornar mais uma obra de ficção do acadêmico José Sarney, constituindo-se em medidas para "inglês ver", ou seja, Banco Mundial e FMI. São medidas inócuas, insuficientes e ineficazes pela falta de fiscalização, recursos humanos e financeiros e, principalmente, de vontade política por parte do governo para executá-lo. Soma-se a isso o fato de este governo estar em final de mandato, não tendo o próximo presidente a obrigação de adotá-lo como de sua prioridade.

O "Nossa Natureza", na forma em que se apresenta, serve unicamente para militarizar o Sistema Nacional de Meio Ambiente, transferindo grande poder ao Exército e enfraquecendo o Conselho Nacional de Meio Ambiente — Conama —, que se tem constituído em um "berne no nariz" do governo.

A única alternativa séria para a salvaguarda dos ecossistemas amazônicos é a da conversão da dívida externa, sistema já efetuado em países como a Costa Rica, Bolívia e Colômbia e que tanto horror tem causado a militares de carreira, a políticos demagogos e a setores da imprensa sensacionalista.

A conversão consiste na aquisição, por uma entidade internacional, de papéis da dívida brasileira em seu valor de mercado, que hoje é 1/3 de seu valor real, ou seja, no mercado internacional, um milhão de dólares da dívida brasileira, por exemplo, está valendo apenas trezentos e trinta e três mil dólares.

Lançamos aqui a seguinte proposta: um organismo ambiental compraria certa parcela da dívida brasileira e doaria ao governo brasileiro os papéis desta em seu valor integral. Em contrapartida, o Brasil se comprometeria a criar parques nacionais (em áreas escolhidas por intermédio de zoneamento agroecológico) e aplicar a longo prazo o valor da dívida em projetos

de fiscalização, implantação de infra-estrutura e de pesquisa nesses parques. Essa proposta não envolveria a emissão desordenada de moeda local (cruzado novo) para pagar os papéis da dívida resgatada, no mercado, não ocasionando inflação. O valor dessa dívida quitada e os seus juros poderiam, assim, ser aplicados em programas de preservação ambiental.

Para que ocorra uma efetiva fiscalização dos recursos financeiros a serem aplicados nesses parques nacionais, será criado um conselho de monitoramento, composto por representantes do governo, da comunidade científica nacional, de entidades ambientalistas de nível nacional e do organismo doador. Assim, se evitaria o desvio das verbas pelo governo para outras finalidades e se daria aos brasileiros a maioria de votos deliberativos nesse conselho (3/4).

A proposta é arrojada, uma vez que envolve a doação pura e simples do valor resgatado da dívida, tendo o doador a única vantagem de ter contribuído para a perpetuação da maior floresta úmida do planeta. Os países desenvolvidos apregoam a importância da Amazônia para a sobrevivência do planeta. Sendo assim, nada mais justo que eles paguem ao Brasil páta que a preservemos. Se esses países não aceitarem essa proposta, ou outra similar, então fica provado que nada mais querem do que tirar vantagens econômicas em torno da preservação amazônica.

Esta é a única maneira prática de amenizarmos a sangria de recursos ao exterior, sob a forma de remessa de juros da dívida que atingiu 104,6 bilhões de dólares nos anos 80, segundo Joelmir Beting (jornais diversos — 21/03/89), ao mesmo tempo em que preservariamos extensas áreas da Amazônia, e sem sofrer a perda da soberania e do desenvolvimento agropecuário e mineral, que seriam garantidos pela prática do zoneamento agroecológico (que confirmará a vocação florestal da Amazônia) e por programas racionais de ocupação ordenada da região, a exemplo das reservas extrativistas.

Paulo A. Pizzi é biólogo, primeiro-secretário da Associação de Biólogos do Paraná (ABPR-NRC), presidente do Movimento Ecológico MATER NATURA e vice-presidente do Movimento de Ação Ecológica (MAE).